

LIVROS E SOCIEDADE: A FORMAÇÃO DE LEITORES NO SÉCULO XIX

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Doutora em História
Professora do Departamento de História/ UERJ

Mas deixai pingar os anos na cuba de um século. Cheio o século, passa o livro a documento histórico, psicológico, anedótico. Não de lê-lo a frio; estudar-se-á nele a vida íntima do nosso tempo, a maneira de amar, a de compor os ministérios e deitá-los abaixo, se as mulheres eram mais animosas que dissimuladas, como é que se faziam eleições e galanteios, se eram usados xales ou capas, que veículos tínhamos, se os relógios eram trazidos à direita ou à esquerda, e multidão de coisas interessantes para nossa história pública e íntima.

Machado de Assis, Páginas recolhidas

RESUMO

O presente artigo aborda questões de história cultural e trata sobretudo da formação de leitores no século XIX, a influência exercida pela criação de bibliotecas e núcleos de estudo vinculados a associações luso-brasileiras, além das dificuldades de se estabelecer normas e acordos sobre direitos autorais e propriedade literária entre Brasil e Portugal ao longo do século.

Palavras-chaves: história cultural, relações culturais luso-brasileiras, livros e leitores

Ao realizar pesquisas sobre livros e leitores no Brasil me deparei com fontes que revelam um universo múltiplo, e ainda pouco divulgado, da origem e ampliação do mercado editorial, dos livros escolares, da frequência às bibliotecas, dos jornais e seus assinantes, de “folhinhas”, dicionários e catálogos.¹ Todo este leque de possibilidades exige e merece estudos aprofundados de muita importância para a história cultural que tem o livro em seu centro. Procurarei neste artigo destacar alguns pontos que fizeram do livro um documento histórico para a sociedade e como o acesso a ele permitiu um aprendizado importante para as gerações futuras, enfatizado pelo texto de Machado de Assis em epígrafe.

No século XIX o livro adquiriu no Brasil um significado importante na educação, na formação cultural e moral e no ideal de universalidade de alguns, apesar de ter sido produzido aqui muito tardiamente, em relação ao caso de outros países americanos. Efetivamente só começou a ser impresso, de forma sistemática, no início do século XIX. O controle da produção, importação e circulação de impressos e livros em geral permitiu que Portugal dificultasse durante o período colonial o livre acesso aos livros no Brasil, mesmo a grupos privilegiados ou membros de categorias que de maneira geral tinham necessidade de constituir pequenas bibliotecas. Somente no início do século XIX, com o estabelecimento da Corte e a criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pelo decreto de 18 de maio de 1808, instalou-se uma casa impressora oficial – a Imprensa Régia – que permitiria a existência de publicações regulares e negócios com livros e publicações sem que se dependesse exclusivamente da importação de obras estrangeiras. No entanto manteve-se ainda um controle formal, uma censura prévia, com censores régios do

¹Esta pesquisa faz parte de um projeto integrado, realizado em conjunto com a professora Lúcia Maria Bastos P. das Neves e financiado pelo CNPq.

Desembargo do Paço exercendo suas funções sobre todos os escritos importados, traduzidos ou produzidos no Brasil. Essa rigidez em relação à impressão de livros ou à divulgação daqueles vindos do estrangeiro só se alterou com a revolução do Porto em 1820, quando teve início uma relativa liberdade de imprensa, adotada em agosto de 1821, por efeito das Cortes Portuguesas, que também deveriam ser aplicadas em terras brasileiras (Neves e Ferreira, 1989).

A presença de comerciantes portugueses que entre outros produtos vendiam livros nas casas comerciais do Rio de Janeiro já era então significativa. Misturavam secos e molhados, livros, calendários, baralhos, ungüentos e outros produtos em suas casa comerciais. Estes “tratantes de livros”, como eram chamados então, só tinham um competidor importante: os livreiros franceses que viram no mercado brasileiro um importante e promissor terreno a ser explorado. Aliás, as obras francesas tiveram um largo consumo por parte dos leitores cariocas mas neste artigo pretendo destacar os textos originários de Portugal sobretudo para enfatizar o papel desempenhado pelas diversas associações de imigrantes portugueses, fundamentais para formação de um novo contingente de leitores (Ferreira e Neves, 1990, p. 190-5).

O número de leitores não era tão abundante, considerando-se os níveis de analfabetismo na época, mas se revelava promissor. A partir da Impressão Régia deu-se uma reviravolta na quantidade e na qualidade das obras introduzidas no Brasil e mesmo aquelas que constavam das listagens de livros proibidos, segundo os controles e critérios das autoridades portuguesas, passaram a circular com certa facilidade. Os dados mais importantes sobre esta afirmação podem ser compulsados pelas licenças pedidas ao Desembargo do Paço para importação e despacho de livros nas Alfândegas da Corte, nos Registros de Estrangeiros, nos editais da Intendência de Polícia e também nos anúncios publicados nos jornais da época.²

Além deste crescimento de livrarias, gráficas e editoras na Corte do Rio de Janeiro, um público leitor mais distante seria atingido posteriormente sobretudo por intermédio de um serviço de transporte regular de vapores entre o Rio de Janeiro e todas as províncias marítimas do Brasil, já no ano de 1839. Como o Rio de Janeiro se destacava com uma produção gráfica regular os mais prejudicados foram os centros urbanos regionais que iniciavam uma produção local de livros, sem tradição, e que só se recuperaram no século XX.

Paralelamente a isto, houve uma longa negociação, durante todo o século XIX, para que se chegasse a uma relativa proteção aos direitos autorais no Brasil que pareciam não ser muito importantes para alguns políticos e comerciantes locais mas que conheceram alguns esforços das autoridades portuguesas na Europa, mais preocupadas e temerosas com as perdas financeiras e os desdobramentos dessa omissão legal. No entanto não se pode afirmar que tenha havido crimes de vulto contra a propriedade literária e alguns autores avaliam que o crescimento das casas impressoras brasileiras deve seu dinamismo à ausência mesmo destes direitos (Hallewell, 1985).

Apesar destas iniciativas de proteção aos autores e algumas reservas à publicação, as autoridades tiveram neste período um fraco controle sobre o processo de impressão e divulgação de obras. Desde o Tratado Brasil/Portugal de 29 de agosto de 1825 – no qual se reconhecia a Independência do Brasil e que “as propriedades dos súditos portugueses seriam protegidas e religiosamente guardadas no Brasil”, e do artigo 261 do Código Criminal do Império, de dezembro de 1830, que definia como crime “imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros,

²A documentação citada pode ser consultada no Arquivo Nacional, Desembargo do Paço.

enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros” (Hallewell, 1985, p. 170-1) – não houve nenhuma proposta específica para regulamentar a questão.

Na segunda metade do século, alguns políticos brasileiros apresentaram na Câmara dos Deputados projetos de lei sobre os direitos autorais, destacando-se sobretudo duas tentativas levadas a efeito por Gavião Peixoto. Em seus escritos, Quintino Bocaiúva, político e escritor, enfatizava a urgência da criação de uma legislação que protegesse os direitos de propriedade artística e literária. Todas estas críticas e sugestões não levaram no entanto à existência de proteção internacional dos direitos autorais que só vai se implantar efetivamente no Brasil em 1912, antecedida pela convenção firmada no início do governo republicano, em 1889.

Para enfocar a questão do ponto de vista das relações entre Brasil e Portugal, a documentação consular trocada entre estes países, nas décadas de 1850 e 1860, é muito rica de informações. Desde as primeiras tentativas no sentido de negociar direitos autorais, abrangendo todos os itens e princípios gerais que evitassem “reclamações recíprocas” e que tiveram origem no tratado de 29 de agosto de 1825,³ não se teve ação tão objetiva. Em 1851 iniciaram-se as negociações do governo português com o brasileiro para celebração de uma convenção literária. A correspondência consular trocada nesta ocasião demonstrava as dificuldades dos negociadores portugueses em relação aos representantes brasileiros sobretudo quanto ao controle da propriedade literária. O visconde de Atouguia, membro da missão portuguesa, em carta dirigida a José de Vasconcelos e Souza, seu superior hierárquico, escreveu:

Desejando o governo de Sua Majestade obstar por todos os meios ao seu alcance ao manifesto e escandaloso roubo da propriedade literária de autores portugueses que nesse país se está praticando, dando assim os brasileiros ao mundo inteiro uma bem triste idéia da capacidade dos seus escritores, entendo dever propor ao Governo Imperial um projeto de convenção literária fundada no princípio de uma perfeita reciprocidade, na esperança de que levado do mesmo princípio moral e de ordem...”⁴

No entanto não se tratava exclusivamente de questões de propriedade literária mas também de direitos e deveres sobre produtos portugueses importados pelo Brasil e vice-versa. O comércio em geral incorporava-se ao problema e sempre haveria um forte interesse de se recuperar outros tipos de negociações anteriores. Desejava-se neste processo formar-se uma base legal satisfatória, à semelhança de acordos que já existiam entre a França e a Bélgica e que tinham características basicamente universais. Toda argumentação fundamentava-se na questão de que a propriedade literária deveria ser respeitada como a propriedade em geral, em benefício de seus detentores, brasileiros e portugueses, “impedindo-se reciprocamente que nos respectivos Estados se publicassem ou imprimissem obras de outra nação, sem prévio consentimento de seus autores ou legítimos donos.”⁵

A documentação também é rica para demonstrar que entre os agentes diplomáticos e consulares as trocas de obras de interesse das bibliotecas brasileiras e portuguesas eram muito freqüentes. Em 10 de julho de 1840 houve uma remessa despachada por Lisboa de obras que a Academia Real de Ciências estava enviando para a Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro: eram

³Arquivo Histórico do Itamaraty, daqui em diante AHI, *Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil. Portugal. Correspondência Consular do visconde de Atouguia a José de Vasconcelos e Souza, 13 de dezembro de 1853.*

⁴AHI, *idem ibidem.*

⁵AHI, *idem. ibidem.*

76 títulos e incluíam a *Coleção dos principais autores da história portuguesa*, *Coleção de livros inéditos de história portuguesa*, *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa*. A legação do Brasil em Lisboa também recebia obras brasileiras requisitadas por autoridades portuguesas e fornecia textos de autores brasileiros de interesse para bibliotecas portuguesas. Em 6 de outubro de 1854, por exemplo, a correspondência listava o catálogo da biblioteca da legação brasileira na Corte de Lisboa que possuía uma natural concentração de títulos de interesse diplomático mas manteve demandas por livros e publicações de interesse formal e literário.⁶

Estas dificuldades nas negociações resultaram na ausência de legislação e permitiram a impressão de muitas contrafações sobretudo dos autores portugueses preferidos pelos leitores brasileiros. O problema se tornou candente para aqueles que eram lesados, levando-se em consideração o fato de que a literatura portuguesa era fortemente apreciada, sobretudo a obra de Eça de Queiroz, e que os editores brasileiros sabendo que muitos leitores existentes no Brasil gostavam também de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Castilho, Castelo Branco, não tinham pejo em publicá-los aqui sem nenhum benefício para os autores.⁷ A Editora Laemmert do Rio de Janeiro tinha em seus catálogos inúmeros autores portugueses e os mais populares eram Castelo Branco, Garret e Herculano.

Ao longo de todo este processo de negociação surgiram denúncias de casos de impressões de autores portugueses, tanto para obras de cunho literário quanto para compêndios escolares, com algumas reclamações formalizadas por catedráticos da Universidade de Coimbra. É bom lembrar que os primeiros livros escolares foram impressos no Brasil com a instalação da Imprensa Régia, sendo este direito ampliado posteriormente com concessões para novas tipografias e editoras particulares. As obras eram utilizadas nas escolas elementares e nas de formação profissional. Desde 1827, com a criação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda e Recife, aumentaram as publicações de manuais jurídicos, muitos dos quais eram de autoria de professores da Universidade de Coimbra.

A questão dos direitos autorais prolongou-se ainda por algumas décadas, recrudescendo no final da década de 1860 e início da década de 1870. Nesta época, tanto autoridades brasileiras quanto portuguesas estavam mais empenhadas em regulamentar os direitos dos autores. Escrevendo a seus superiores do corpo consular, o conde de Tojal, que representava os interesses de Portugal no Brasil, afirmava: “Contestá-lo seria negar a propriedade em si, no que ela tem de mais individual, de mais elevado, de mais filiado na origem legítima por excelência: o trabalho.”⁸ Por esta época, Portugal já possuía convenção sobre a propriedade literária com a Espanha e a França e negociava com a Bélgica.

A realização da convenção literária pretendida e debatida entre autoridades, políticos e intelectuais e que asseguraria melhores condições para os autores e melhoraria o controle sobre as publicações brasileiras e portuguesas só aconteceu no final do século XIX. Em 9 de setembro de 1889 firmou-se o acordo para a proteção das obras literárias e artísticas quando o governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil e o governo de Sua Majestade El Rei de Portugal e Algarve

⁶AHI. *Repartições Consulares Brasileiras em Portugal. Ofícios. 1826-1894, aqui sobretudo registros das décadas de 1840 e 1850.*

⁷*Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Sobreto anúncios de livrarias e leilões levantados em amostragem no período de 1850-1895.*

⁸AHI. *Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil. Portugal. Ofícios e correspondências. 1860-1870.*

“(...) concordaram em que os autores de obras literárias escritas em português e das artísticas de cada um deles gozem no outro, em relação a essas obras, do mesmo direito de propriedade que as leis aí vigentes, ou as que forem promulgadas, concedem ou concederem aos autores nacionais”.

A preocupação com a circulação das obras, divulgação e acesso a elas não era exclusivamente vinculada a questões legais ou de legitimidade para autores, impressores e comerciantes mas também à facilitação da vida dos leitores. No caso dos portugueses que migravam para o Brasil esta atitude pode ser percebida sobretudo entre as associações que davam apoio às colônias de imigrantes. A instalação e funcionamento de organizações e associações portuguesas no Brasil fundamentaram-se no esforço feito por todos os imigrantes que já estavam no Brasil e os recém-chegados, bastante numerosos ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade. A cidade do Rio de Janeiro e várias províncias do Império viram surgir associações que supriam as mais prementes urgências quanto à saúde, desemprego, escolaridade, apoio à velhice, lazer e atrações culturais.

Neste universo de transformações os leitores cariocas tinham algumas opções de adquirir livros nas livrarias e sebos que representavam uma especialização dos armazéns de secos e molhados ou por meio de leilões divulgados pelos jornais. O número de bibliotecas públicas foi se ampliando tornando-as mais acessíveis para aqueles que sabiam e precisavam ler mas não dispunham de recursos suficientes para adquirir obras e formar pequenos acervos ou bibliotecas particulares.

Os jornais do Rio de Janeiro publicavam anúncios freqüentes das obras portuguesas aqui editadas e as bibliotecas particulares concentravam um bom índice de títulos portugueses editados no Brasil ou importados. O perfil destas bibliotecas, sobretudo as de advogados e médicos que exerciam suas atividades no Rio de Janeiro, ajudam a compreender as preferências de leituras e o consumo de obras portuguesas entre os leitores nacionais. Os títulos mais freqüentes, com primazia para as obras de cunho profissional, jurisprudência para os primeiros e ciências e artes para os seguintes, eram as chamadas “belas letras” que concentravam textos portugueses e franceses, como nos casos das bibliotecas do conselheiro Antônio Pereira Rebouças e dos advogados Melo Matos e Ferreira Viana.⁹ Vários médicos possuíam acervos particulares, respeitando o que parece ter sido a preferência intelectual desta elite socioprofissional: livros de interesse profissional e também obras literárias ou leituras leves como folhetins, livros de culinária e almanaques. Os leilões e propagandas divulgados pelos jornais também revelam um índice significativo para os textos de “belas letras” com concentração de autores portugueses, sobretudo se considerarmos o *Jornal do Commercio*. Um exemplo eloqüente é a freqüência com que o tema “belas letras”, textos de autores portugueses, apareciam em 90% dos leilões divulgados pelo citado jornal.

Portanto, ao longo do século XIX foram constantes as trocas culturais, comerciais e as iniciativas que preservaram as atrações entre brasileiros e portugueses, sobretudo diante da necessidade de se administrar a chegada de contingentes imigrantes em número significativo. Naturalmente as relações não estavam isentas de problemas e alguns perceberam desde cedo como era importante criar mecanismos de proteção e ajuda que acabaram sendo usufruídos por portugueses e brasileiros. Destaco aqui o papel do Gabinete Português de Leitura que se tornou, com o passar dos anos, mais do que uma simples biblioteca e se transformou em um núcleo fomentador de várias iniciativas culturais e educacionais, o primeiro caso que fez nascer outras

⁹Arquivo Nacional. Inventários de Antônio Pereira Rebouças, Melo Matos e Ferreira Viana.

iniciativas tão importantes para estimular a leitura, estudos noturnos e apoio educacional aos que chegavam sem muitas alternativas.

A cidade do Rio de Janeiro, capital e porto importante, recebeu uma leva populacional de imigrantes portugueses. No início da segunda metade do século, a cidade possuía 266.466 habitantes e nas suas 16 freguesias abrigava 26.749 portugueses registrados pela autoridades de migração para um total de 11.175 imigrantes de várias outras nacionalidades. Nas décadas seguintes a cidade cresceu e passou a ter novas freguesias e um aumento constante de fluxos migratórios, exigindo dos administradores contínuas melhorias e reformas. O centro da cidade ampliou seu volume de casas comerciais e para um total de 5.232 estabelecimentos, 3.865 eram firmas individuais, 1.367 sociais de comércio. Dos 5.763 negociantes e 7.837 caixeiros, somente 980 negociantes eram brasileiros, bem como 1.117 caixeiros. Em todos estes dados a presença de portugueses era maciça (Silva, 1990 e 1992).

Como já mencionado, uma das mais importantes instituições de iniciativa portuguesa no Rio de Janeiro foi o Gabinete Português de Leitura. Fundado em 1837 na casa do dr. Coelho Lousada obteve o apoio de membros destacados da colônia portuguesa e estabeleceu-se como uma das mais destacadas sociedades literárias existentes no Império, a biblioteca mais ativa e de acervo significativo, só rivalizando com a Biblioteca Nacional. Ao longo de sua existência seu acervo cresceu tanto que demandou várias mudanças: Rua São Pedro, Rua da Quitanda, Rua dos Beneditinos. Por fim, e com a colaboração de subscrições públicas e da ajuda de alguns mecenas, instalou-se em 1880 no monumental prédio de característicasmanuelinas na Rua Luís de Camões, no centro do Rio de Janeiro, onde fica até hoje. Possuía um horário de funcionamento bastante flexível e conveniente para seu público: das nove horas da manhã às nove horas da noite, abrindo parcialmente nos dias santificados e datas comemorativas até às duas horas da tarde. Só fechava no Ano Bom, Corpus Christi, Espírito Santo, Natal e Domingo de Páscoa.¹⁰ Admitia com facilidade novos sócios e não fazia distinção de nacionalidade para tanto.

Por ocasião do tricentenário de Luís de Camões, em 1880, foi lançada com grandes comemorações a pedra fundamental do novo e atual edifício para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Camões era autor com grande preferência do público leitor no Brasil. Nesta ocasião as novas edições de sua obra se multiplicaram. Foram naturalmente edições comemorativas e o Brasil integrou-se fervorosamente aos festejos que tiveram um caráter múltiplo: festas, prêmios, regatas, teatro, números musicais na rua para apreciação e divertimento de muitos e uma rica e importante exposição organizada na Biblioteca Nacional por intelectuais portugueses ou de origem portuguesa e brasileiros, colecionadores e bibliófilos, como fica claro no catálogo desta exposição.

Por ocasião do tricentenário, o jornal carioca *Diário* publicou *Os lusíadas* em edição popular e gratuita, com tiragem de 30.000 exemplares, para seus assinantes e leitores habituais. A *Gazeta de Notícias*, também no Rio, publicou textos comemorativos organizados por Veiga Cabral. Ainda por ocasião das comemorações também foram distribuídos como prêmios a ganhadores de regatas e outros certames exemplares da obra completa de Camões em belíssimas embalagens de veludo, além de milhares de publicações com os excertos mais notáveis do poema e outras produções, inclusive traduções em várias línguas e muitas poesias consagradas do autor.

¹⁰Ver Almanaque Laemmert que divulgava informações sistematizadas sobre o funcionamento das bibliotecas do Rio de Janeiro.

Casas editoras como J. Villeneuve, H. Garnier, Maximino & Cia, Tipografia Nacional e Tipografia Andrade Mello, esta última de São Paulo, todas elas associaram-se às comemorações.

Havia portanto programações freqüentes de centenários de escritores, comemorações ligadas a importantes datas comuns a Portugal e ao Brasil. Intensa era a colaboração existente entre seus administradores e associados. No catálogo de obras da biblioteca, elaborado em 1858, seguido pela publicação de um suplemento (concluído em 1868), os títulos que estavam disponíveis para os leitores eram:

GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA – CATÁLOGO DE 1858

Assunto	Quantidade
Administração (em francês)	17
Administração (em português)	73
Artes e manufaturas	69
Biografias	119
Culto	114
Dicionários	144
Direito civil	313
Direito eclesiástico	118
Economia política	76
Educação	105
Filosofia	133
História	924
História eclesiástica	130
Legislação	130
Literatura	500
Medicina	211
Novelas e romances	1614
Poesia	404
Política	276
Teatro	210
Teologia	210
Variedades	204
Viagens	196
Suplemento	–
Administração	23
História	15
Novelas e romances	19
Total	6.347

Nas novas instalações os administradores do Gabinete puderam então ampliar as atividades culturais e educacionais promovendo cursos de aperfeiçoamento, exposições, palestras e conferências que muito auxiliaram seus associados. Aqueles que ambicionavam melhores estudos e oportunidades tiveram de forma mais intensiva facilidades para participar de atividades culturais. Os membros das diretorias criaram possibilidades de aprendizado para os interessados de forma a lhes permitir condições de acesso a cargos e funções mais bem remunerados ou que os inserissem em melhor situação social. Os leitores e estudiosos puderam por intermédio das iniciativas culturais empreendidas pelo Gabinete conhecer muito sobre Portugal, Brasil e tantos

itens contemplados no vasto catálogo da biblioteca. Alguns de seus administradores também eram imigrantes que tinham chegado semiletrados ou analfabetos e que com a ajuda dos cursos e horários flexíveis de leitura oferecidos pelo Gabinete tiveram condições de estudar e atingir melhores condições de vida.

Mas o Rio de Janeiro padecia de numerosos problemas urbanos agravados ainda mais pelo aumento da densidade populacional. A salubridade do Rio de Janeiro era bastante limitada e em algumas épocas a situação se tornava calamitosa com doenças como a febre amarela, tifoide ou epidemias que afetavam a saúde de grande parte de seus habitantes. As instalações hospitalares já escassas tornavam-se então insuficientes para tanta demanda. Os imigrantes que aqui chegavam não tinham todos as mesmas facilidades de moradia, de emprego e de saúde, sendo portanto os mais necessitados de apoio e auxílio em casos de doenças e desamparo. Muitos, sobretudo alguns comerciantes e antigos imigrantes já instalados e bem-sucedidos economicamente, passaram a constituir e apoiar associações filantrópicas que dessem atendimento satisfatório a toda colônia portuguesa, assim como já haviam feito imigrantes de outras nacionalidades.

A Beneficência Portuguesa, por exemplo, foi fundada no ano de 1840 por iniciativa de Francisco João Muniz que era também secretário do Gabinete Português de Leitura e encarregado do Consulado Geral de Portugal. Apoiados pela instituição ficaram também o Hospital São João de Deus e o Hospital para Senhoras. A exemplo do Rio de Janeiro surgiram também em várias cidades brasileiras que possuíam um contingente populacional de imigrantes portugueses Sociedades Portuguesas de Beneficência como em Pelotas, Recife, Belém, Manaus, Porto Alegre, Santos e Salvador. Foi a mais sólida e renomada associação desde a sua criação e serviu como padrão para constituição de outras mais ligadas ao apoio cultural e ao ensino.

No entanto a demanda por associações congêneres ampliou-se significativamente pois, paralelamente à imigração portuguesa regular, aumentou a clandestina e a comunidade teve que se desdobrar para fortalecer e diversificar a ajuda. A filantropia tornou-se então um grande esteio para adequação dos padrões de vida dos portugueses que chegavam às condições de vida na sociedade brasileira. Aumentou em muito a demanda por diversos tipos de proteção social. Alguns chegavam em tão precárias condições que tinham que ser socorridos e alimentados imediatamente. A exploração de trabalhadores era uma queixa comum e tornava-se cada vez mais freqüente entre os que não estavam regularmente documentados. No entanto, aqueles que aqui chegavam com qualquer profissão, fossem artesãos ou outro tipo qualquer de atividade qualificada, logo encontravam empregos, muitas vezes solicitados por contrerrôneos estabelecidos ou por meio de anúncios em jornais que demandavam este tipo de mão-de-obra.

Não que deixassem de haver armadilhas, já que alguns proprietários de terras e pessoas enriquecidas do meio urbano viam nestes meninos ou raparigas a possibilidade de torná-los vítimas de sua ganância. As autoridades portuguesas no Brasil tiveram grandes motivos de preocupação com a questão da colonização pois estavam cientes de diversos tipos de contratos inadequados aos mínimos direitos dos trabalhadores e que muitas vezes não davam condições básicas de apoio às demandas do contratado. Nas décadas de 1850 e 1860 quando a pressão migratória ficou mais intensa e a exploração não diminuía, e tomando por exemplo outros europeus que já tinham organizado suas associações, os portugueses diversificaram e constituíram a Caixa de Socorros D. Pedro V (1863), a Associação Dramática e Beneficente (1863), chamada depois de 1877 de Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, o Liceu Literário Português (1861), o Clube Ginástico Português (1868) e mais tarde a Associação

Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (1880). A década de 1880 conheceu o crescimento excessivo do mutualismo e a partir da criação da Lei das Sociedades Anônimas surgiram só no Rio de Janeiro cerca de vinte novas associações.

Algumas associações conseguiram reunir numerosos sócios. A leitura dos estatutos e relatórios destas instituições deixa claro que objetivavam ser mais do que entidades de socorros mútuos, ou seja, algumas pretendiam se tornar instituições que ultrapassassem os limites de atendimento somente de necessidades específicas de seus sócios e ambicionavam chegar a outros patamares. Os objetivos da Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, fundada em 1863, baseavam-se no auxílio financeiro aos associados em casos de doenças, invalidez e providências práticas quanto ao deslocamento de sócios enfermos que precisassem se ausentar do Rio de Janeiro ou de outro local qualquer do Brasil, além da concessão de pensão para as famílias dos sócios falecidos.

O Liceu Literário Português foi criado em 1868 e tinha originalmente um número diminuto de portugueses que “querendo cooperar para mais difundir o ensino ao povo, especialmente aos deserdados da fortuna que empregam todo o dia no trabalho, tiveram a louvável idéia de fundar (...) o Liceu (...) e nele instituir cursos noturnos gratuitos de instrução primária e secundária sem distinção de classes e nacionalidades”.¹¹ Os trabalhos realizados pelo Liceu foram importantes, considerando-se sobretudo o analfabetismo altamente significativo entre brasileiros e portugueses, na época. Até o ano de 1885 matricularam-se 6.000 alunos nas aulas patrocinadas pelo Liceu. A instrução pública oferecida pela associação permitia a frequência de portugueses, brasileiros e de estrangeiros em aulas gratuitas noturnas e a diversificação de disciplinas permitiu também cursos livres de náutica e astronomia.

Em uma cerimônia comemorativa das atividades do Liceu, o dr. Figueiredo Magalhães registrou em seu discurso que: “é mais um padrão glorioso levantado por iniciativa de heróicos pugnadores da colônia portuguesa, como documento eterno de consangüinidade luso-brasileira e da legação com que a natureza há de prender sempre Portugal ao Brasil por laços que os diplomatas podem infelizmente afrouxar mas que nenhuma tempestade política, que nenhum tufão social jamais poderá romper.”

Anterior ao Liceu era o Retiro Literário Português. Estabelecido em 30 de junho de 1849 mantinha para seus associados aulas de português e francês, de caligrafia e de escrituração mercantil e semanalmente, às quintas-feiras, realizava sessões literárias, nas quais liam produções de seus membros e discutiam teses de história, filosofia e outros temas segundo escolha prévia. Publicava também uma revista mensal e possuía uma biblioteca que em 1882 contava com 4.000 volumes.

Havia ainda ao lado de numerosas pequenas associações espalhadas por várias cidades e províncias algumas que julgamos importante destacar: a Sociedade Fraternidade Açoriana, fundada em 1881, composta por açorianos e com fins benemerentes e concentrada em apoiar açorianos, a Congregação dos Artistas Portugueses (1883), também com os mesmos objetivos de ajuda e apoio, e o Real Centro da Colônia Portuguesa (1892) que mantinha, entre outras atividades, uma Caixa de Caridade. O Clube Ginástico Português, fundado em 1868, além de concorrer com atos de benemerência mantinha para os sócios aulas de ginástica e música e uma escola de arte dramática.

¹¹Ver a obra *O Liceu Literário Português (1868-1884)*. S. ed., 1884 e também *Liceu Literário Português. 100 anos de vida a serviço do ensino e da cultura*. Rio de Janeiro: S. ed., 1968.

As associações portuguesas que se estabeleceram no Brasil durante o século XIX foram um elemento novo e fundamental para garantir e aprofundar as relações luso-brasileiras. Raramente eram de exclusividade da colônia portuguesa e atendiam às demandas originárias das camadas mais necessitadas da população urbana que assim como os imigrantes sofriam as carências de homens livres dentro de uma sociedade escravocrata. Neste contexto a produção, circulação e consumo dos livros em suas mais diversas formas foi um tema que absorveu e mobilizou muitos esforços de portugueses e brasileiros, em diversas etapas e por diferentes motivos, como foi delineado neste artigo. Direitos de autores, prerrogativas de livreiros, acesso às obras nas bibliotecas, ampliação da oferta de educação, todos estes temas moveram a sociedade brasileira ao longo do século XIX, formaram uma parcela de leitores e tornaram o livro uma importante fonte de conhecimentos para seus consumidores, fossem eles historiadores ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz, NEVES, Lucia Maria Bastos P. das. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. *História hoje: Balanço e perspectivas*. IV Encontro Regional da ANPUH. Rio de Janeiro: ANPUH/Taurus-Timbre, 1990, p. 190-195.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- NEVES, Lucia Maria Bastos P. das, FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 4, n 1, p. 113-119, jan./jun. 1989.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.
- _____. *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990.

RESUMO

Libro y sociedad: la formación del lector en el Brasil del siglo XIX.

El presente artículo aborda cuestiones de historia cultural y trata, sobretudo, de la formación de lectores en el siglo XIX, la influencia ejercida por la creación de bibliotecas y núcleos de estudio vinculados a asociaciones luso-brasileñas, además de las dificultades de establecer normas y acuerdos sobre derechos de autor y propiedad literaria, entre Brasil y Portugal, a lo largo del siglo.

Palabras-claves: *Historia cultural, Relaciones culturales luso-brasileñas, libros y lectores.*

RÉSUMÉ

Livre et société: la formation du lecteur pendant le XIXème siècle au Brésil.

Cet article analyse des questions d'histoire culturelle et, surtout, la formation de lecteurs au cours du XIXème siècle, l'influence exercée par la création de bibliothèques et de groupes d'étude attachés aux associations luso-brésiliennes, outre des difficultés d'établir des règles et des accords sur les droits d'auteur et de propriété littéraire, entre le Brésil et le Portugal, tout le long du siècle.

Mots-clés: *Histoire culturelle, Relations culturelles luso-brésiliennes, Livres et lecteurs.*